



ANEXO I

Metodologia das Estimativas de Receita para o período 2006 a 2009

Em linhas gerais, o cenário macroeconômico projetado, sinaliza para a continuidade do processo de crescimento econômico, com pequenas flutuações em torno de uma taxa média de cerca de 4% e, com a manutenção de certa estabilidade no nível geral de preços, com as taxas anuais de inflação decrescendo lentamente. O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma alta correlação do comportamento dessa com o desempenho daqueles agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo município, as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência. Os indicadores macroeconômicos básicos utilizados para a estimativa da Receita foram:

Ano		2006	2007	2008	2009
PIB	(%)	5,00	3,50	4,00	4,00
IPCA-IBGE	(%)	6,00	5,50	5,30	5,00
IPM-ICMS	(%)	3,24	3,37	3,37	3,37
IPM-Fundef	(%)	0,76	0,79	0,80	0,80
IPM-IPVA	(%)	1,88	1,885	1,89	1,90

Abaixo, detalhamos as estimativas de Receitas:

Receitas Diretamente Arrecadadas: nas receitas tributárias as metas de melhor desempenho ficaram com o ISS, que devido a melhorias introduzidas, já vem obtendo uma forte recuperação desde 2004 e, as metas para 2006 a 2009, expressam uma desaceleração da taxa de crescimento, mais ainda, com um desempenho médio, superior aos outros tributos. A meta de crescimento real acumulado nos próximos quatro anos é de 63%, representando um crescimento real médio anual de 13%. Para o IPTU a meta, para o mesmo período é de 9%. No ITBI a meta é de 16%. Nas outras receita tributárias e patrimoniais as expectativas são de queda em relação ao orçado em 2005, estabilizando-se nesses patamares nos anos seguintes. Nas outras receitas correntes, o destaque é para a recuperação de receitas inscritas em dívida ativa, cuja meta de crescimento é 5% aa, totalizando 21,6% no período.

Receitas de Transferências: a principal receita municipal, o ICMS, a expectativa é estabilização de nosso índice de participação, ou seja, em 2005, a nossa quota-parte é de 3,20%, a projeção para 2006 é de 3,24%, e para os demais anos, estabilizando-se em 3,37%. Nesse cenário, voltaríamos a ter crescimento real dessa receita: estimamos que nos quatro anos tenha um crescimento de 32%. Na transferência do IPVA, a expectativa é que continue a melhora lenta, mas constante, do nosso índice de participação, que refletem a melhoria de gestão do licenciamento de veículos na cidade. A meta para o período é de crescimento real médio anual de 7,8%, acumulando no período 35%.



No entanto, o melhor desempenho esperado são das transferências do Fundef, que devido o crescimento do número de alunos é esperado que o saldo líquido com o fundo tenda a desaparecer, isto é, a relação entre saídas e entradas para o fundo equilibrem-se. É esperado um salto de 76% reais em 2006, sobre o orçado no ano anterior, continuando a crescer nos anos posteriores, ainda que a taxas menores, e mais razoáveis: 6 a 7% ao ano. No segundo semestre de 2006 é previsto constitucionalmente o final do Fundef. O governo atual já enviou ao congresso nacional um projeto de emenda constitucional, transformando-o em Fundeb, nesse caso teríamos que rever as projeções de receita de 2007 para frente, pois a implantação desse novo fundo, dado o estado da arte, terá efeito negativo em relação à situação atual, ainda que levemente, sem o choque brutal, que foi a implantação do fundo anterior. Outra transferência importante, é a do SUS, que foi prevista estável, somente incorporando a estimativa de ampliação do teto de repasse, com o funcionamento do Hospital de Pimentas, a partir de 2007. As outras transferências legais a perspectiva é de estabilidade ou acompanhando a variação das receitas da União, com exceção das compensações da Lei 87/96, que vão minguando ano a ano. Nas transferências voluntárias, a expectativa é que haja uma melhora em 2005 e 2006 e depois, retornando aos níveis históricos recentes de cerca de 1% da Receita Total.

A única receita nova incorporada às projeções, foi a receita da cessão onerosa do uso de espaços públicos, que está em vias de regulamentação, esperando seus efeitos a partir do próximo ano.

E por fim, a novidade na nossa receita, é a possibilidade do município, voltar a fazer operações de crédito. Em 2005 estamos fazendo esforços para a regularização da situação cadastral e, para o próximo período a meta é realizar duas operações para a modernização da gestão fiscal e administrativa.

Na administração indireta, a receita dos serviços de água e esgoto, é prevista a recomposição dos valores pela inflação e a expansão da rede na margem com alguma diminuição da inadimplência.

Com o novo regime previdenciário, introduzindo novas regras para o custeio e concessão dos benefícios, separando-se completamente da assistência à saúde do servidor, determinando um novo modelo de prestação e custeio, que permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos colocados à disposição do IPREF. Como assinalamos, nos quadros anexos, o novo regime previdenciário nasce desequilibrado, devido à situação histórica pré-existente, cabendo aos órgãos complementarem sua participação, garantindo-se assim, ao IPREF, a assunção e financiamento da totalidade dos benefícios previdenciários. O novo plano de assistência à saúde dos servidores, nasce restrito aos servidores estatutários, mas com a sua consolidação e viabilização econômico financeiro, estudar-se-á a sua ampliação para o conjunto dos servidores para 2007.